

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 701 - Brasília, segunda-feira, 1º de junho de 1998



Além de apreciar a questão dos incentivos fiscais, o plenário deve continuar, nesta semana, a discussão sobre a criação de novas regras para a imunidade parlamentar



Ignácio quer rapidez e menos formalismo

Ignácio propõe mais agilidade na Justiça do Trabalho

Com cinco propostas de mudança da CLT, o senador José Ignácio espera tornar a Justiça do Trabalho menos formal e mais ágil. As alterações limitam a retenção de processos e reduzem os prazos de tramitação. "De nada adianta criar novas juntas se a solução está em superar os entraves criados pelas atuais normas", afirma o senador. **Página 3**

Emenda da guerra fiscal será votada na quarta

Proposta de evitar a concessão indiscriminada pelos estados de incentivos para atrair empresas é um dos 26 itens da pauta desta semana no Senado

Está marcada para quarta-feira a votação da proposta de emenda constitucional, de autoria do senador licenciado Waldeck Ornelas, que autoriza o Senado a definir os critérios para os estados concederem incentivos destinados a atrair investimentos. O objetivo é acabar com a guerra fiscal, que es-

taria prejudicando os estados mais pobres.

Também constam da pauta desta semana, entre outras propostas, a discussão sobre a emenda que limita a imunidade parlamentar e a apreciação do projeto de lei que permite a condenação de quem ajuizar ações apenas com objetivos protelatórios. **Página 3**

FERROVIA NORTE-SUL

Senadores defendem importância da obra



João Rocha

João Rocha lamenta o "preconceito" contra a ferrovia e pede a retomada plena dos trabalhos. Mauro Miranda anuncia a formação de um grupo de trabalho parlamentar sobre o assunto. **Página 4**



Mauro

Agenda

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DE TRABALHOS
PLENÁRIO

Terça-feira (02.06.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: "PLC nº 15/98, que cria a carreira de policial rodoviário federal; "PLC nº 17/98, que cria, no âmbito das Forças Armadas, a carreira de tecnologia militar e a gratificação de desempenho de atividade de tecnologia militar; "PLC nº 18/98, que altera o percentual de diferença entre a remuneração dos cargos de ministros do STJ e dos juizes da Justiça Federal de primeiro e segundo graus; "quarto dia de discussão em primeiro turno das PECs nºs 2, 3 e 10/95, 18 e 34/97; 9, 12, 13 e 14/98, que dispõem sobre imunidade parlamentar; "Redação final do PLC nº 10/92, que dispõe sobre o exercício da profissão de bibliotecário; "PLC nº 70/97, que institui o Código de Processo Civil; "PDL nº 105/96, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Patumã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cajazeiras - PB; "PDL nº 121/96, que aprova o ato que renova a permissão do Sistema Cancellia de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaitubana - MG; "PDL nº 2/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Filom de Itaboraí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itaboraí - MG; "PDL nº 40/97, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Charrua Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruguaiana - RS

Quarta-feira (03.06.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: "PDL nº 44/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Ita Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaiabá - RS; "PDL nº 84/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Ribeirão Preto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Ribeirão Preto - SP; "PDL nº 98/97, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade Difusora A Voz de Bagé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bagé - RS; "PDL nº 108/97, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Comunitária de Comunicações de Rio Grande Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Grande - RS; "PDL nº 111/97, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jabotocabal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jabotocabal - SP; "PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS; quinto dia de discussão em primeiro turno das PECs nºs 2, 3 e 10/95, 18 e 34/97; 9, 12, 13 e 14/98, que dispõem sobre imunidade parlamentar; "Projeto de Resolução nº 25/97, que altera a denominação e a estrutura da Consultoria de Orçamentos; "Requerimento nº 268/98, de autoria do senador Djalma Falcão, solicitando a constituição de uma comissão externa do Senado para promover verificação in loco dos efeitos produzidos pela atual seca no Nordeste; "Requerimento nº 297/98, de autoria do senador Ney Suassuna, solicitando a criação de uma comissão especial do Senado para inspecionar, in loco, a distribuição de cestas básicas e de água, bem como o cadastramento, o abastecimento e a operacionalização das frentes de trabalho nos estados da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Piauí, Alagoas e Bahia; "Requerimento nº 323/98, de autoria do senador Sérgio Machado, solicitando a criação de comissão senatorial temporária para acompanhar as ações emergenciais e elaborar um plano de medidas permanentes a serem adotadas junto às áreas atingidas pelas secas no Nordeste

Quinta-feira (04.06.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: "Redação final do Projeto de Resolução nº 40/98, que autoriza o estado de Mato Grosso a contratar operação de refinanciamento de dívidas mobiliária e contratual do estado, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; "Redação final do Projeto de Resolução nº 41/98, que autoriza o estado de Mato Grosso a transferir dívida para a Caixa Econômica Federal - CEF, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados;

"Redação final do Projeto de Resolução nº 45/98, que autoriza o estado de Mato Grosso a contratar operação de crédito consubstanciada no Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ativos, ao amparo do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; "Redação final do Projeto de Resolução nº 46/98, que autoriza o estado de Santa Catarina a transferir dívida para a Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, e "PLC nº 39/97, que dispõe sobre a prática desportiva da caçoeira

Sexta-feira (05.06.98)

9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira (02.06.98)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 117/95, que dispõe sobre o seguro de crédito às microempresas e às empresas de pequeno porte; "PLS nº 272/97, que estabelece normas para aplicação dos recursos provenientes do recolhimento das tarifas aeroportuárias; "PLS nº 63/96, que dispõe sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar e do livro didático e ao programa do leite; "Ofício "S" nº 40/98, solicitação do governo do estado do Piauí, para contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, com recursos de repasse do BID, destinados à execução do Programa Produtor/NE; "Mensagem nº 118/97, que solicita autorização do Senado Federal para contratação de operação financeira que visa ao refinanciamento de créditos brasileiros junto à República Argentina

10h30 - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 12/97, que dispõe sobre os estágios de estudantes; "PLC nº 52/97, que dispõe sobre a gestão democrática do ensino público; "PLC nº 61/97, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental; "PLS nº 110/95 (terminativo), que cria, nas entidades titulares de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, serviço de atendimento ao público; "PLS nº 147/96 (terminativo), que fixa critérios para aplicação dos recursos do crédito educativo; "PLS nº 263/95 (terminativo), que dispõe sobre a educação à distância; "PLS nº 234/97 (terminativo), que inscreve os nomes de João de Deus Nascimento, Manuel Faustino dos Santos Lira, Luiz Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas Torres, líderes da Conjuração Baiana de 1798, no "Livro dos Heróis da Pátria"; e "PLS nº 127/96, que dispõe sobre a unificação dos vestibulares nas universidades federais

Quarta-feira (03.06.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 52/95, que suprime o § 3º do art. 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 25/96, que inclui o art. 74 no Ato das Disposições Transitorias, referente a plebiscito em 1998 quanto à manutenção ou extinção do voto obrigatório e acionamento ou não da reeleição de mandatarios de cargos executivos; "PEC nº 107/96, que altera a Lei nº 8.935/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro; "PLS nº 46/95, que cria o Conselho Nacional do Entendimento e Desenvolvimento; "PLS nº 63/95, que estabelece a revisão obrigatória da declaração do imposto sobre a renda dos detentores de cargo eletivo ou diretivo na administração pública e das outras províncias; e "PLS nº 273/96, que institui o estudo dos direitos humanos na formação policiais

ESPECIAL

Terça-feira (02.06.98)

21h - Concerto do Coral do Senado Federal. Sala Martins Penna do Teatro Nacional Cláudio Santoro

Quarta-feira (03.06.98)

Cultura ao Meio-Dia

Fime: *Mir e Umi*, de Susana Moraes. *Audistório Patrônio Portella*
18h - Lançamento da coleção "Biblioteca Básica Brasileira" e "Brasil 500 Anos", do Conselho Editorial do Senado Federal. Café das Senadoras
18h30 - Abertura da Mostra Cultural Afro-Brasileira, do senador Abdias Nascimento. Salão Negro



A exposição contará com 53 quadros de Abdias

Abdias expõe obras em mostra afro-brasileira

Começa na próxima quarta-feira, no Senado, a Mostra Cultural Afro-Brasileira. Ela será inaugurada às 18h30, no Salão Negro do Congresso Nacional, e exibirá 53 quadros de autoria do senador Abdias Nascimento (PDT-RJ), sob o título "Pintura Afro-Brasileira".

Os quadros do senador que estarão expostos na mostra retratam orixás, entidades mitológicas egípcias, iorubás e imagens do vodú haitiano. Entre as obras estão *O cavalo e o santo*, *Yemanjá*, *A Flecha do Guerreiro Ramos* e *Onipotente e Imortal*.

— A pintura de Abdias Nasci-

mento representa e revive plasticamente o papel desempenhado por ele na sociedade brasileira: o de agregar ao protesto cívico negro e desenvolver nele a dimensão de resgate histórico-cultural da herança das civilizações africanas, vital à recuperação da identidade, dignidade e humanidade plena do afro-brasileiro — diz Elisa Larkin Nascimento, esposa do senador.

A exposição estará aberta até o dia 26, com entrada gratuita. Esta é a 20ª exposição individual de pintura de Abdias, que conta ainda com seis exposições coletivas em seu currículo.

Coral comemora segundo aniversário com concerto

O Coral do Senado comemora o seu segundo aniversário com uma apresentação amanhã, às 21 horas, na Sala Martins Penna do Teatro Nacional. O repertório do concerto vai do erudito ao popular, incluindo peças como *Abschied vom Walde*, de Mendelssohn; *Cancion con todos*, de Tejada Gomez; *In Virtute Tua*, de Gorczycki; e *Aquarela do Brasil*, de Ari Barroso.

A entrada para o concerto do coral é gratuita. Entretanto, o diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia, solicita ao publi-

co que leve um quilo de alimento não perecível, que será destinado aos flagelados da seca no Nordeste.

Nessa apresentação, o Coral do Senado, regido pela maestrina Glicínia Mendes, contará com a participação de outros músicos de Brasília, como o violinista Marcos Mesquita e a violoncelista Lucimare Vale. O senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo, participará na música *Cio da Terra*, de Milton Nascimento.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Holanda - Marlucy Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando

Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djalma Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuzza Vaz, Sylvio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e

Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e

Miqueas Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone:

0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Email: jornal@senado.gov.br

Proposta que impõe regras para a disputa entre os estados poderá ser votada na quarta-feira. Na pauta da semana, constam outras 25 matérias, entre elas a emenda constitucional que restringe a imunidade parlamentar

Emenda da guerra fiscal entra em votação

Os senadores devem votar em plenário, nesta semana, uma proposta considerada fundamental para acabar com a concessão indiscriminada de incentivos fiscais para atração de empresas, conhecida como guerra fiscal entre os estados. Trata-se de uma emenda constitucional do senador licenciado Waldeck Ornelas (PFL-BA), que autoriza o Senado a votar uma resolução contendo as condições para que os estados ofereçam tais incentivos. A votação está marcada para a tarde de quarta-feira.

A proposta de mudança da Constituição esteve na Ordem do Dia do último dia 20 e foi adiada a requerimento do senador Wilson Kleinübing (PFL-SC). O autor do projeto, Waldeck Ornelas, sustenta que a guerra fiscal está prejudicando os estados mais pobres. "Eles vêm aumentando suas ofertas, mesmo sem condições financeiras para isso", pondera o senador em sua justificativa.



Waldeck: fim da guerra fiscal

PAUTA CHEIA

Durante esta semana, o plenário apreciará exatamente 25 matérias, além da emenda da guerra fiscal. São emendas constitucionais, projetos de lei do Senado e da Câmara, resoluções e requerimentos. Entre eles está o substitutivo que o senador José Fogaça (PMDB-RS) apresentou a nove propostas de emenda constitucional, que objetivam tornar mais fácil a possibilidade para que o STF possa processar deputados ou senadores.

Os parlamentares continuarão com imunidade parlamentar



Fogaça: imunidade menor

por suas opiniões, palavras e votos, mas o pedido do STF para abrir processo contra parlamentares terá de ser votado em 120 dias. Caso o pedido não seja votado, o Supremo ficará autorizado a iniciar o processo, de acordo com o projeto. Atualmente, só há processo com aprovação da Câmara ou do Senado.

Amanhã, o plenário discutirá um projeto de lei da Câmara que muda o Código Civil para permitir aos juízes a condenação de pessoas que insistem em ações com objetivo meramente protelatório (juridicamente cha-

madas de "litigantes de má-fé"). A multa será de 1% sobre o valor da causa e o juiz poderá estabelecer indenização para a parte contrária, limitada a 20% do valor da causa.

MILITARES

Também amanhã, o plenário apreciará projeto que cria a carreira de policial rodoviário federal e estabelece, nas Forças Armadas, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Tecnologia Militar.

Outro projeto em análise pelos senadores, em plenário, altera o percentual da diferença entre a remuneração dos ministros do Superior Tribunal de Justiça e dos juízes da Justiça Federal de primeiro e segundo graus em relação aos ministros do STF.

A proposta determina que a remuneração dos ministros do STJ passará a corresponder a 95% do salário de um ministro do STF. Atualmente, corresponde a 90%. A partir daí, continua o previsto na Constituição, com diferença não superior a 10% de uma para outra categoria da carreira.

TV Senado comemora meio ambiente

A TV Senado exhibe, em comemoração à Semana do Meio Ambiente, um programa especial que analisa os problemas do setor e a nova Lei de Crimes Ambientais. Apresenta também uma série de entrevistas com personalidades ligadas ao tema da ecologia.

Hoje, o deputado Fernando Gabeira, único representante do Partido Verde no Congresso Nacional, analisa, entre outros assuntos, a questão da seca no Nordeste. No programa, que vai ao ar em quatro diferentes horários (7h, 9h30, 12h15 e 18h45), Gabeira cobra uma ação enérgica e definitiva do governo no combate à seca. Amanhã, Analuce Freitas, da World Wild Fund (WWF), organização mundial de defesa do meio ambiente, fala da nova lei ambiental e sugere medidas que possam favorecer sua aplicação.

Na quarta-feira será a vez do deputado Sarney Filho (MA), presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados. Ele pede um compromisso definitivo do governo no combate à destruição dos recursos naturais do país.

Na quinta, o presidente do Ibm, Eduardo Martins, explica o papel do órgão no controle, fiscalização e aplicação da nova lei ambiental. Finalmente, na sexta-feira, Dia Mundial do Meio Ambiente, o ministro Gustavo Krause destaca o aspecto educativo da nova lei.

José Ignácio quer Justiça trabalhista mais ágil

Com cinco propostas de alteração da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o senador José Ignácio (PSDB-ES) espera dar mais agilidade à Justiça trabalhista. "A finalidade é atender com mais qualidade o cidadão, que procura a Justiça do Trabalho para ver solucionada sua pretensão", justifica o senador.

Embora mais simples e informal que o processo civil, segundo Ignácio, o processo do trabalho ain-

da não adotou regras para julgar com mais brevidade as disputas que aparecem nas relações trabalhistas. "O ordenamento jurídico processual trabalhista deverá sofrer transformações drásticas, muitas delas totalmente colidentes com as tradicionais regras do processo", avalia.

O senador entende que todas as instâncias da Justiça do Trabalho comportam mudanças substanciais. "As alterações são destinadas a alcançar o máximo de informalismo e

celeridade, desde a apresentação da reivindicação até sua satisfação final", argumentou.

Segundo Ignácio, a decisão rápida sobre um litígio no trabalho é importante para as duas partes envolvidas. As novas regras propostas por Ignácio para inclusão na CLT limitam a retenção dos processos e reduzem prazos para tramitação das ações. Para o senador, de nada adianta criar novas juntas, mais vagas para juízes togados, clas-

sistas, funcionários e oficiais de Justiça quando já se sabe de antemão que a solução da morosidade se encontra na superação dos entraves criados pelas atuais regras do processo trabalhista.

— O prestígio do Poder Judiciário está sensivelmente abalado perante os que o procuram e que, não sendo técnicos em Direito, atribuem a demora unicamente aos juízes. Esse prestígio deve ser restabelecido — declarou.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

- 7h - Entrevista com o deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ) sobre a Semana do Meio Ambiente
- 8h - "Cidadania" - entrevista com o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) e Luis Carlos Baeta Neves - representante do movimento "Cidadania pelas Águas" - sobre a crise do abastecimento de água
- 9h30 - Entrevista com o deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ) sobre a Semana do Meio Ambiente
- 10h - Comissão de Constituição e Justiça (reapresentação da sessão do dia 27/05/98)
- 12h15 - Entrevista com o deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ) sobre a Semana do Meio Ambiente
- 13h15 - "Cidadania" - entrevista com o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) e Luis Carlos Baeta Neves - representante do movimento "Cidadania pelas Águas" - sobre a crise do abastecimento de água

- 14h30 - Sessão plenária não deliberativa (vivo)
- 18h45 - Entrevista com o deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ) sobre a Semana do Meio Ambiente
- 19h30 - "Cidadania" - entrevista com o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) e Luis Carlos Baeta Neves - representante do movimento "Cidadania pelas Águas" - sobre a crise do abastecimento de água
- 20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h - Sessão plenária (reapresentação)
- 24h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 0h40 - "Senado em Pauta"
- 1h - "Mulheres em Debate" - entrevista com Mary Alegrete, ex-secretária de Planejamento e Meio Ambiente do Amapá, e Nida Coimbra, do Ministério de Minas e Energia, sobre a Lei de Crimes Ambientais
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h15 - "Senado em Pauta"

RÁDIO SENADO

- 2h30 - "Fala, Cidadão"
- 6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 6h40 - "Senado em Pauta"
- Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30

Acelerar as obras da estrada de ferro, hoje realizadas em ritmo lento, é fundamental para o desenvolvimento do país, diz senador

João Rocha reivindica conclusão da Norte-Sul

Ao enfatizar a importância da Ferrovia Norte-Sul para o desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e sua integração ao restante do país, o senador João Rocha (PFL-TO) comemorou a iniciativa do grupo Jaime Câmara de comunicação – o maior da região Centro-Oeste – de promover um Fórum de Integração Nacional, “justamente desfraldando a bandeira da retomada plena dos trabalhos de construção dessa ferrovia”.

Citando o editorial do *Jornal de Brasília*, que pertence ao grupo, João Rocha lembrou que a Norte-Sul, iniciada no governo Sarney,

foi atropelada por uma “campanha de maledicência, de puro preconceito, a que se agregaram denúncias de escândalos – que não comprometiam o projeto, muito menos a ideia da ligação ferroviária – terminando por tornar maldita a sua construção”.

O senador disse que o encontro preliminar do fórum, realizado em Brasília, já deu a dimensão da importância da iniciativa, ao reunir os governadores de Goiás, Tocantins e Distrito Federal, bem como representantes dos governos de Mato Grosso, Maranhão e Pará. “Ficou claro que esses estados consideram a ferrovia um item

fundamental dos seus programas de desenvolvimento”, destacou.

O senador pelo Tocantins afirmou que o grupo Jaime Câmara está empenhando seu prestígio na ressurreição da Norte-Sul, “por entender que a paixão política que alimentava as infâmias e o denuncismo que se abateram sobre o projeto já foi afastada, enquanto um silêncio descrente esconde o trabalho persistente e sério com que a Valec Engenharia, uma empresa pública, mantém o avanço dos trilhos entre as cidades de Imperatriz e Estreito, no Maranhão”, concluiu, citando o *Jornal de Brasília*.

João Rocha: soberania em jogo

Senador quer mais investimentos em pesquisa

Ao ressaltar a urgência da implantação de um projeto brasileiro de ciência e tecnologia, o senador João Rocha (PFL-TO) afirmou que no próximo milênio somente terão peso político as nações que dominarem o conhecimento. “Não é por acaso que os Estados Unidos, o grande poder hegemônico dos dias de hoje, são responsáveis por 35% das pesquisas científicas do mundo inteiro”, destacou.

Para João Rocha, os esforços do ministro da Ciência e Tecnologia, Israel Vargas, para ultrapassar a marca histórica de 1% do PIB em investimentos científicos e tecnológicos representam uma vitória. “Mas o Brasil precisa de mais, porque questões como a seca do Nordeste, a produtividade agrícola, a indústria eletrônica, o aproveitamento dos recursos minerais, bem como a produção de medicamentos, têm suas soluções diretamente ligadas a pesquisas científicas”, lembrou.

O senador pelo Tocantins afirmou que, pela primeira vez, o Brasil está conferindo ênfase mais adequada à ciência e à tecnologia. “Em vários programas e recursos, as empresas privadas estão incluídas em parceria com o governo. O Ministério da Ciência e Tecnologia pretende atingir, no próximo ano, o patamar de 1,5% do PIB em investimentos nesses dois setores fundamentais ao crescimento sustentado do país”.

Ao finalizar, o senador João Rocha afirmou que dominar a ciência e a tecnologia que dela deriva é, nos dias de hoje, um imperativo para as nações que quiserem se manter soberanas e autodeterminadas. “Às demais, restará o caminho da servidão aos que deterão as chaves dos cofres do conhecimento.”

Ferrovia transportará 15 milhões de toneladas anuais

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) disse que até o final deste ano deverão ser concluídos mais 120 quilômetros de trilhos da ferrovia Norte-Sul, relativos ao trecho entre Imperatriz (MA) e Estreito, divisa do Maranhão com o Tocantins. Esse trecho aumentará para 226 quilômetros o total já construído da estrada de ferro.

Com a sua conclusão prevista para 2002, a ferrovia terá 2.187 km de extensão, ligando Açaíândia (MA) a Senador Canedo (GO). O total de investimentos previstos para a construção da obra é de US\$ 2,2 bilhões, dos quais US\$ 700 milhões em investimentos federais. O restante será financiado por um

consórcio de investidores privados, informou o senador.

Segundo ele, o movimento anual de mercadorias na região a ser cortada pela ferrovia é de cerca de 45 milhões de toneladas de grãos, madeira, minério e outros bens, hoje transportados por caminhões. A ferrovia Norte-Sul absorverá, de imediato, uma carga anual ao redor de 15 milhões de toneladas.

– A ferrovia aumentará sensivelmente a competitividade internacional dos grãos produzidos nos cerrados brasileiros. Sua implantação favorecerá também a incorporação de novas áreas dos cerrados que ainda não entraram no mercado produtivo, gerando ren-



Mauro: ganho de competitividade

das e empregos e contribuindo para mudar a direção dos movimentos migratórios – afirmou.

Parlamentares vão formar, no Congresso, um grupo de trabalho para divulgar a importância da ferrovia e demonstrar a necessidade da sua construção. Mauro Miranda acrescentou que o trabalho de mobilização envolverá todos os 19 estados a serem beneficiados pela estrada de ferro.

Bello Parga critica manifestação

Ao lamentar os incidentes em frente ao Congresso na semana passada, o senador Bello Parga (PFL-MA) criticou as manifestações que promoveram atos de “vandalismo”. Para ele, o “tumulto” foi gerado por causa das provocações, fúria e baderna.

Editorial publicado em *O Globo*, no dia 22 de maio, foi considerado por Parga como o retrato do pensamento da maioria



Parga: vandalismo

dos brasileiros sobre o episódio. Ao pedir que o texto fosse registrado nos Anais do Senado, ele disse que opinião semelhante foi expressa pela maioria dos jornais do país.

Na visão do senador maranhense, mais do que trazer problemas para o governo Fernando Henrique Cardoso e a sua candidatura à reeleição, a manifestação teve como objetivo desestabilizar as instituições democráticas.

“Presenciamos a vanguarda da desordem e o rito raivosos da revolta”, comentou.

Parga elogiou entrevista concedida a *O Globo* pelo governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, ao dizer que não era governador do PT, mas do Distrito Federal. “Essas palavras foram muito bem recebidas pelo setor pensante brasileiro”, testemunhou o senador.

Parga destacou o fato de Cristovam concordar com a mudança da política econômica, mas exigiu que qualquer mobilização nesse sentido seja feita dentro da ordem.



Lauro: rebeldia contra o capital

Lauro faz discurso em homenagem a Paracatu

Em seu discurso de posse na Academia de Letras do Noroeste Mineiro, em Paracatu, o senador Lauro Campos (PT-DF) prestou homenagem à cidade mineira. Para Lauro, a cidade é o elo que o prende ao passado, mas que fornece as referências que permitem ampliar suas forças de luta.

– O passado me dá o ponto de apoio para o impulso vital que me conduz na direção da rebeldia que move o homem na construção do processo histórico contra a voracidade do domínio do capital sobre as pessoas – observou.

Lauro Campos tomou posse na academia em 18 de abril último, e escolheu como patrono o escritor Bernardo Élis, falecido no início do ano. Segundo o senador, a escolha se justifica não apenas pela força literária de Élis, mas também porque sua obra possui o ambiente geográfico e humano do noroeste de Minas Gerais.

– Bernardo Élis é o produto intelectual e humano da mesma geografia social, das mesmas relações econômicas e de padrões culturais semelhantes, compostos por ingredientes históricos que ambientam a psicologia e, por isto, compõem os personagens que habitam a literatura de Minas e Goiás – afirmou.

O senador petista vê na obra de Élis elementos críticos ao sistema capitalista. Ele cita o conto *A Enxada*, que registra o nascimento do capital, ao flagrar o processo de transformação do mais simples instrumento de trabalho “em violento e inenunciável instrumento de opressão social, de exclusão do trabalhador”. Em *O Tronco*, a mais importante obra de Bernardo Élis, está presente, segundo Lauro Campos, a questão da herança capitalista, expressa na luta pela apropriação do espólio.